



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

**EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 24322/2006-08**

**OBJETO: MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR**

**ATA DE AUDIÊNCIA**

Às onze horas e cinco minutos (11h5min) do dia dezoito do mês de julho do ano de dois mil e oito (18/07/2008), na Procuradoria Regional do Trabalho da 15.ª Região, com sede na Rua Umbu, nº 291, Alphaville, Campinas/SP, compareceu, pelo município de Rio Claro o Dr. Arioaldo Vitzel Junior, advogado, inscrito na OAB/SP sob o n.º 121.157, e, pela Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, a Sr.ª Maria Assunta Messetti Ferreira, portadora da cédula de identidade RG n.º 8.021.051. Preside a audiência o Exmo. Sr. Procurador do Trabalho **Dr. MÁRIO ANTONIO GOMES**.

Pelo Procurador do Trabalho foi proposta a assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, com o que anuiu o município.

Encerrado o ato às onze horas e trinta e cinco minutos (11h35min), eu, Analícia Pereira Martin, Analista Processual, lavrei o presente termo que, após lido e achado conforme, vai assinado por todos os presentes.

**MÁRIO ANTONIO GOMES**  
**Procurador do Trabalho**

**ARIOVALDO VITZEL JUNIOR**  
**Município de Rio Claro**

**MARIA ASSUNTA MESSETTI FERREIRA**  
**Secretária Executiva**  
**Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

**EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 24322/2006-08**

**OBJETO: MEIO AMBIENTE DO TRABALHO NO CORTE DA CANA-DE-AÇÚCAR**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº**

**4737/2008**

Aos dezoito dias do mês de julho de 2008, o **MUNICÍPIO DE RIO CLARO**, inscrito no CNPJ sob n.º 45.774.064/0001-88, com endereço na Rua 3, n.º 945, Centro, neste ato representado pelo Dr. ARIIVALDO VITZEL JUNIOR e pela Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro, através de sua Secretária Executiva a Sr.ª MARIA ASSUNTA MESSETTI FERREIRA, firma o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, perante o Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 15.ª Região, representado pelo Procurador do Trabalho infra assinado, nos autos do Expediente Administrativo n. 24322/05, com fundamento no parágrafo 6, do artigo 5, da Lei n. 7.347/85 e artigo 585, item II, do Código de Processo Civil e artigo 876 da Consolidação das Leis do Trabalho, sob as seguintes condições:

I. Considerando que o Ministério Público é instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis;

II. Considerando que a Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993, dispõe sobre a organização, atribuições e o estatuto do Ministério Público da União;

III. Considerando que entre outros deveres, de acordo com a Lei Complementar n. 75/93, ao Ministério Público compete zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública, quanto aos direitos

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

assegurados na Constituição, entre outros os relativos às ações e aos serviços de saúde (artigo 196 da CF) e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225 da CF);

IV. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a proteção dos direitos constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana;

V. Considerando que o Ministério Público tem por atribuição a defesa dos direitos sociais constitucionalmente protegidos e, sendo a saúde, o meio ambiente e a moradia direitos fundamentais, tem legitimidade para promover as medidas administrativas e judiciais necessárias à consecução dessa finalidade, inclusive utilizando-se das ações de responsabilidade e das ações civis públicas;

VI. Considerando que o meio ambiente do trabalho está inserido no meio ambiente em geral (artigo 200, inciso VIII, da CF/88), de modo que é impossível alcançar qualidade de vida sem ter qualidade de trabalho, nem se pode atingir meio ambiente equilibrado e sustentável, ignorando o meio ambiente do trabalho;

VII. Considerando que conforme previsão do artigo 196 da CF/88 “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”

VIII. Considerando que o artigo 197 da CF/88 dispõe que “são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado”;

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

IX. Considerando que o artigo 198 da CF/88 prescreve que *“as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado (...)”*;

X. Considerando que o artigo 200 da CF/88 reza que *“ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: Inciso II: executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; Inciso VIII: colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”*;

XI. Considerando que dentre as ações e serviços de saúde deve-se incluir todas aquelas necessárias, suficientes e aptas a evitar a situação de enfermidade;

XII. Considerando que a atuação preventiva do Estado abrange o meio ambiente e a moradia na qual o indivíduo encontra-se inserto, pois acima de tudo o ser humano é afetado por seu entorno;

XIII. Considerando que a Lei Orgânica da Saúde n. 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

XIV. Considerando os preceitos constantes na Portaria GM/MS nº 3.120, de 1º de julho de 1998 – Instrução Normativa de Vigilância em Saúde do Trabalhador, na Portaria GM/MS nº 3.908, de 30 de outubro de 1998 – Norma Operacional de Saúde do Trabalhador, na Portaria Federal nº 1.565/94 – Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, na Constituição Estadual do Estado de São Paulo, artigos 220, 223 e 229, na Lei Estadual nº 10.083/98 – Código Sanitário, na Lei Estadual nº 9.505/97 – Regulamenta as ações de Saúde do Trabalhador no Sistema

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098–325

Telefone: (019) 3796–9600 – Fax: (019) 3796–9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

Único de Saúde e na Lei Estadual nº 792/95 – Código de Saúde Estadual;

XV. Considerando que os alojamentos e moradias de trabalhadores rurais são instalações de interesse da saúde e portanto são objeto das ações de controle do SUS (Sistema Único de Saúde), conforme prevê os artigos 59 e 60 da Lei Estadual n. 10.083/98 (Código Sanitário do Estado de São Paulo)

XVI. Considerando que **alojamento** é o local previamente projetado ou construído ou ainda adaptado, para habitação coletiva de trabalhadores e **moradia** são as residências utilizadas por grupo de trabalhadores como habitação;

XVII. Considerando que muitos dos trabalhadores migrantes são alojados em imóveis (alojamentos e moradias) irregulares e com péssimas condições de higiene;

XVIII. Considerando a necessidade de uma ação preventiva do poder público no sentido de assegurar aos cortadores de cana migrantes condições dignas de moradia;

XIX. E, considerando a necessidade de se realizar um levantamento dos locais onde se encontram os alojamentos e moradias desses trabalhadores a fim de se viabilizar as ações de inspeção e regularização para condição de habitação, estabelecem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO LEVANTAMENTO DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DE TRABALHADORES MIGRANTES QUE SE ATIVAM NAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR.**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 1.1** – Realizar anualmente, até o dia 30 de abril de cada ano, um levantamento dos locais que serão utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores migrantes das lavouras de cana-de-açúcar.

**Cláusula 1.2** – Retornar obrigatoriamente no local utilizado no ano anterior como alojamento ou moradia e constante do levantamento a que se refere o item 1.1 deste ajuste.

**Cláusula 1.3** – A manter um banco de dados contendo o endereço do imóvel utilizado como alojamento ou moradia, o nome e endereço do seu proprietário, o nome e endereço do seu locatário (último e/ou atual), o nome e endereço do responsável pelos trabalhadores (último e/ou que atualmente ocupam o imóvel), o nome da empresa para qual prestavam e/ou prestam trabalho (terceirizada e tomadora de serviços) e o número de trabalhadores que lá residiram na última safra.

**Cláusula 1.4** – Encaminhar anualmente ao Ministério Público do Trabalho, até o dia 31 de maio de cada ano, relatório contendo todas as moradias e alojamentos catalogados com todas as informações constantes do item 1.3 deste ajuste.

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS ALOJAMENTOS E MORADIAS DOS TRABALHADORES MIGRANTES DAS LAVOURAS DE CANA-DE-AÇÚCAR**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA), com relação a todos os imóveis constantes do levantamento a que se refere a cláusula primeira deste termo de compromisso de ajustamento de

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098–325

Telefone: (019) 3796–9600 – Fax: (019) 3796–9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

conduta, compromete-se a:

**Cláusula 2.1** – Verificar se os locais utilizados como alojamentos e moradias por trabalhadores que exercem suas atividades nas lavouras de cana-de-açúcar (como por exemplo: plantando, colhendo e cortando cana) possuem condições mínimas de habitação.

**Cláusula 2.2** – Somente considerar como preenchidas as condições mínimas de habitação quando:

a) houver a apresentação por parte do interessado dos seguintes documentos:

- I - Formulário de Informação em Vigilância Sanitária;
- II - CNPJ e Contrato Social da empresa empregadora;
- III - Contrato de locação do imóvel;
- IV - Comprovante de dedetização e desinfecção do imóvel;
- V - Comprovante de limpeza da caixa d'água;

b) A Vigilância Sanitária (VISA), após realização de inspeção no local a ser utilizado, verificar atendidos os requisitos constantes do **anexo I** deste ajuste de conduta.

**Cláusula 2.3** - Cumpridos os requisitos mencionados na cláusula 2.2, será concedido o alvará que conterà o número máximo de trabalhadores que poderão residir no alojamento ou na moradia vistoriada.

**Cláusula 2.4** – Descumpridos quaisquer dos requisitos mencionados na cláusula 2.2, o alojamento ou moradia deverá ser considerado inadequado para abrigar trabalhadores migrantes da cana-de-açúcar, devendo o ente público não

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

permitir a sua utilização para esta finalidade.

**Cláusula 2.5** – Os alojamentos licenciados na forma da cláusula 2.2 serão inspecionados periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender os requisitos constantes das NR's 24 e 31 da portaria n. 3214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais leis específicas.

**Cláusula 2.6** – As moradias licenciadas na forma da cláusula 2.2 serão inspecionadas periodicamente (ao menos uma vez durante a safra) e deverão atender aos requisitos constantes do **anexo II** deste ajuste de conduta

**Cláusula 2.7** - Os imóveis utilizados como moradias por trabalhadores rurais poderão possuir uma cozinha tipo residencial, a ser utilizada eventualmente pelos trabalhadores, para suprimento de complementação alimentar, não sendo admitida a existência de fogões e fogareiro ou equivalente no interior dos dormitórios.

**Cláusula 2.8** - Encaminhar ao Ministério Público do Trabalho relatório de inspeção prévia (prevista na cláusula 2.2) até o dia 31 de julho de cada ano, e de inspeção periódica (cláusulas 2.5 e 2.6) até 30 dias após a sua realização.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES E PENALIDADES**

O Município pela sua secretaria de Saúde e através da sua Vigilância Sanitária (VISA) compromete-se a:

**Cláusula 3.1** – Recebida a informação, pelo Ministério Público do Trabalho, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por outro órgão público de um dos três poderes ou por sindicato da categoria, de moradia (s) e/ou alojamento (s) que

---





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098–325

Telefone: (019) 3796–9600 – Fax: (019) 3796–9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

não estejam em condições mínimas de uso para habitação e que não conste do rol de imóveis catalogados na forma da cláusula primeira, deverá, no prazo máximo de 48 horas, providenciar a fiscalização do local para verificação do cumprimento dos itens constantes da cláusula segunda deste termo de compromisso de ajustamento de conduta.

**Cláusula 3.2** - Fica convencionado que o presente ajuste será revisado semestralmente durante os anos de 2008 (julho e dezembro), 2009 (julho e dezembro) e 2010 (julho e dezembro).

**Cláusula 3.3** – Compromete-se a regulamentar os requisitos necessários para concessão do alvará previsto na cláusula 2.2 do presente ajuste de conduta através de lei, cujo projeto deverá ser elaborado e encaminhado para aprovação no prazo máximo de 30 a contar da assinatura do presente instrumento.

**Cláusula 3.4** - Fica ciente que o presente termo de compromisso tem eficácia de título executivo extrajudicial, conforme dispositivos legais acima referidos e que o seu descumprimento implicará em multa no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) (calculada de acordo com a população do Município – 84.406 habitantes. Fonte: site do IBGE) a ser revertida à vigilância sanitária do ente público.

Campinas, 18 de julho de 2008.

MÁRIO ANTONIO GOMES

Procurador do Trabalho

ARIOVALDO VITZEL JUNIOR

Procurador- Município de Rio Claro

---



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098–325  
Telefone: (019) 3796–9600 – Fax: (019) 3796–9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

MARIA ASSUNTA MESSETTI FERREIRA

Secretária Executiva – Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

**Anexo I**

Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento  
Setor Canavieiro

<b>1. Ocupação em zona:</b>		<input type="checkbox"/> Urbana	<input type="checkbox"/>
<b>2. Local</b>			
Endereço:			
Bairro:			
Cidade:			
Nº de Moradores:		Sexo: ( )	
Masculino ( ) Feminino			
Local de origem dos trabalhadores:			
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?			
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:			
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:			
Bairro:			
Fone:		Usina/ destino da produção:	
<b>3. Nome do Proprietário da moradia:</b>			
Endereço:			
Fone/fax:			
<b>4. Edificação</b>			
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não			
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não			
Outros:			
Possui habite-se:		( ) sim ( ) não	
Nº de cômodos: _____		Nº de sanitários: _____	Nº de chuveiros: _____
Instalações elétricas adequadas: ( ) sim ( ) não			
Possui Infiltração-Umidade: ( ) sim ( ) não			
Iluminação adequada: ( ) sim ( ) não			
Ventilação adequada: ( ) sim ( ) não			
Instalações sanitárias adequadas ( ) sim ( ) não			
Possui chuveiros aquecido ( ) sim ( ) não			
<b>5. Dormitórios:</b>			
Distancia entre camas (1metro): ( )			
adequada ( ) inadequada			
Colchões:			
( ) adequado ( ) inadequado			
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros): ( ) adequado ( )			
inadequado			
Armários individuais: ( ) sim ( ) não			
Portas e janelas que ofereçam segurança: ( ) sim ( ) não			
Janelas que ofereçam ventilação: ( ) sim ( ) não			
Possui roupa de cama adequada: ( ) sim ( ) não			
Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro dormitório.			
<b>6. Água:</b>			
Fonte de abastecimento: ( ) Rede ( ) Poço ( ) Mina ( ) Galão			
Possui Reservatório: ( ) sim ( ) não			
Análise da água: ( ) sim ( ) não			
<b>7. Cozinha e Refeitório:</b>			
Existe cozinha: ( ) sim ( )			
não			
Existe refeitório: ( ) sim ( )			



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

não	
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório:	( ) sim ( ) não
Locais de coleta de lixo:	( ) adequado ( ) inadequado
Cozinha isolada dos demais cômodos:	( ) sim ( ) não
<b>8. Condição da Lavanderia:</b>	
Possui Lavanderia:	( ) sim ( ) não
A lavanderia é Coberta:	( ) sim ( ) não
A lavanderia é adequada:	( ) sim ( ) não
<b>09. Lixo:</b>	
Possui cesto de coleta de lixo com tampa:	
- Na cozinha	( ) sim ( ) não
- No banheiro	( ) sim ( ) não
Possui local para guardar o lixo:	( ) sim ( ) não
Ocorre Coleta:	( ) sim ( ) não
Quem coleta:	Quanto tempo ocorre a coleta:
Destino:	
<b>10. Esgoto/disposição:</b>	
Fonte de descarte:	( ) Fossa ( ) Rede de esgoto
( ) Outros	
O sistema de esgoto é adequado:	( ) sim ( ) não

## Anexo II

### Roteiro de Inspeção em moradias usadas para Alojamento Setor Canavieiro

<b>1. Ocupação em zona:</b>	
<input type="checkbox"/> Urbana	<input type="checkbox"/>
<b>2. Local</b>	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	
Nº de Moradores:	Sexo: ( )
Masculino ( ) Feminino	
Local de origem dos trabalhadores:	
Quem trouxe, de que modo e quem pagou?	
Nome do Empreiteiro ou Empresa Responsável:	
Endereço do Empreiteiro ou Empresa:	
Bairro:	
Fone:	Usina/ destino da produção:
<b>3. Nome do Proprietário da moradia:</b>	
Endereço:	
Fone/fax:	
<b>4. Nome da Imobiliária:</b>	
Fone/fax:	
Endereço:	
Bairro:	
Cidade:	
CNPJ:	Nome do Proprietário da Imobiliária:
<b>5. Edificação</b>	
Construção em Madeira: ( ) sim ( ) não	
Construção em Alvenaria: ( ) sim ( ) não	
Outros:	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

Possui habite-se: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Nº de cômodos: _____	Nº de sanitários: _____ <span style="float: right;">Nº de chuveiros: _____</span>
Instalações elétricas adequadas: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Possui Infiltração-Umididade: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Iluminação adequada: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Ventilação adequada: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Instalações sanitárias adequadas <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Possui chuveiros aquecido <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>6. Dormitórios:</b>	
Distancia entre camas (1metro): <span style="float: right;">( )</span>	
adequada ( ) inadequada	
Colchões:	
( ) adequado ( ) inadequado	
Beliches com espaço acima do colchão (1,10 metros): <span style="float: right;">( ) adequado ( )</span>	
inadequado	
Armários individuais: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Portas e janelas que ofereçam segurança: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Janelas que ofereçam ventilação: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Possui roupa de cama adequada: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>Obs. É Proibido uso e permanência de fogão e fogareiro dentro dormitório.</b>	
<b>7. Água:</b>	
Fonte de abastecimento: <span style="float: right;">( ) Rede ( ) Poço ( ) Mina ( ) Galão</span>	
Possui Reservatório: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Análise da água: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>8. Refeições:</b>	
São feitas pelos trabalhadores: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
São fornecidas: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Origem das refeições:	
Alvará do fornecedor:	
<b>9. Cozinha e Refeitório:</b>	
Existe cozinha: <span style="float: right;">( ) sim ( )</span>	
não	
Existe refeitório: <span style="float: right;">( ) sim ( )</span>	
não	
Possui lavatórios na cozinha e/ou refeitório: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Locais de coleta de lixo: <span style="float: right;">( ) adequado ( )</span>	
inadequado	
Cozinha isolada dos demais cômodos: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>10. Condição da Lavanderia:</b>	
Possui Lavanderia: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
A lavanderia é Coberta: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
A lavanderia é adequada: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>11. Lixo:</b>	
Possui cesto de coleta de lixo com tampa:	
- Na cozinha <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
- No banheiro <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Possui local para guardar o lixo: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Ocorre Coleta: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
Quem coleta: <span style="float: right;">Quanto tempo ocorre a coleta:</span>	
Destino:	
<b>12. Esgoto/disposição:</b>	
Fonte de descarte: <span style="float: right;">( ) Fossa ( ) Rede de esgoto</span>	
( ) Outros	



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**  
**PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
**COORDENADORIA DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS – CODIN**

Rua Umbú, nº 291 – Alphaville – Campinas/SP – CEP 13098-325

Telefone: (019) 3796-9600 – Fax: (019) 3796-9601 – e-mail: [codin@prt15.gov.br](mailto:codin@prt15.gov.br)

O sistema de esgoto é adequado: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>13. Epi's</b>	
Epi's são fornecidos gratuitamente	( ) sim ( ) não
Quais:	
Epi's são guardados na moradia	( ) sim ( ) não
Condições dos Epi's:	( ) Adequado ( ) Inadequado
Os Epi's são repostos periodicamente	( ) sim ( ) não
<b>14. Ferramentas</b>	
Facão e outras ferramentas cortantes são guardados na moradia: <span style="float: right;">( ) sim ( ) não</span>	
<b>É proibido a guarda de facões na moradia e ou alojamentos.</b>	
<b>15.</b> De quem é o custo das refeições: <span style="float: right;">( ) usina ( ) fornecedores ( )</span>	
trabalhadores ( ) outros	
No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a refeição/mês:	
<hr/>	
<b>16.</b> De quem é o custo da moradia: <span style="float: right;">( ) usina ( ) fornecedores ( )</span>	
trabalhadores ( ) outros	
No caso de pagamento pelos trabalhadores, quanto custa a moradia/mês:	
<hr/>	
Neste valor está incluído água, luz e IPTU?	
<b>17.</b> Como o trabalhador avalia a condição do transporte:	
<hr/>	
<b>18. É vetada a permanência na moradia de pessoas com doenças infecto contagiosa.</b>	